

A síndrome da mudança

Baixo crescimento e juros altos alimentam debate sobre rumos da política econômica, peça-chave da campanha presidencial

MARIANA CARNEIRO

Os tucanos e, mais recentemente, os petistas mostraram-se tolerantes diante das altas doses de taxas de juros e do baixo crescimento econômico. Mostrar o que os difere e a receita própria para mudar essa realidade será determinante na campanha que começa agora, com a polarização entre os partidos na disputa pela Presidência.

A hiperinflação ficou para trás, a taxa de juros real (descontada a inflação) paga pelo governo em títulos com vencimento em um ano já está na casa de um dígito, mas a economia não cresce. Segundo estimativa de economistas, seria necessário que o país experimentasse o dobro da expansão verificada em 2005 – módicos 2,3% – para incluir quem chegou ao mercado de trabalho. Daí a explicação para a vontade de mudança, reeditada por Lula, e o “chacoalhar das estruturas” prometido por Alckmin na última semana.

Na pesquisa do Ibope encomendada

pela Confederação Nacional da Indústria e divulgada esta semana, a esmagadora maioria dos entrevistados reprovou a atual política econômica. O que deverá estar nas mãos dos candidatos é um debate que se volte a um planejamento de longo prazo para o país e que não preveja apenas controle de gastos e de preços, mas também o início de um novo projeto nacional de desenvolvimento.

– O último a construir um projeto de país foi João Paulo dos Reis Velloso (*ministro do Planejamento entre 1969 e 1974*). Não temos metas de crescimento. O que der, deu. Não há pessoas planejando o país no governo. Crescer 2,3% não é nenhuma vantagem. O Brasil cresce sozinho a 3%, é só o governo não atrapalhar – afirma o economista Paulo Rabello de Castro.

Embora os dois tenham a síndrome do novo na cabeça, não há apostas sobre temas considerados fundamentais. Não estão previstos questionamentos sobre se vale ou não a pena obedecer metas de

inflação, fazer economia para controlar a dívida pública e se o câmbio deve abandonar a flutuação. Para especialistas, o debate se concentrará nas diferenças que existem na gestão dessa fórmula, nuances perto dos debates nas últimas campanhas eleitorais.

Entretanto, isso não significa que Lula e Alckmin têm o mesmo a oferecer na área econômica ao eleitor.

– Apesar de também agradar o mercado, não significa que o governo Lula seja voltado para o setor privado – avalia Murilo de Aragão, cientista político da Arko Advice. – Sua praia não são as microreformas. Mudanças na área tributária e trabalhista simplesmente não avançaram.

Mas Lula tem melhores indicadores a apresentar. A recuperação da renda, pela primeira vez em uma década, ocorrida no ano passado, e a geração de empregos de carteira assinada contam a seu favor. Além das exportações em níveis não imaginados nos anos 90 e a redu-

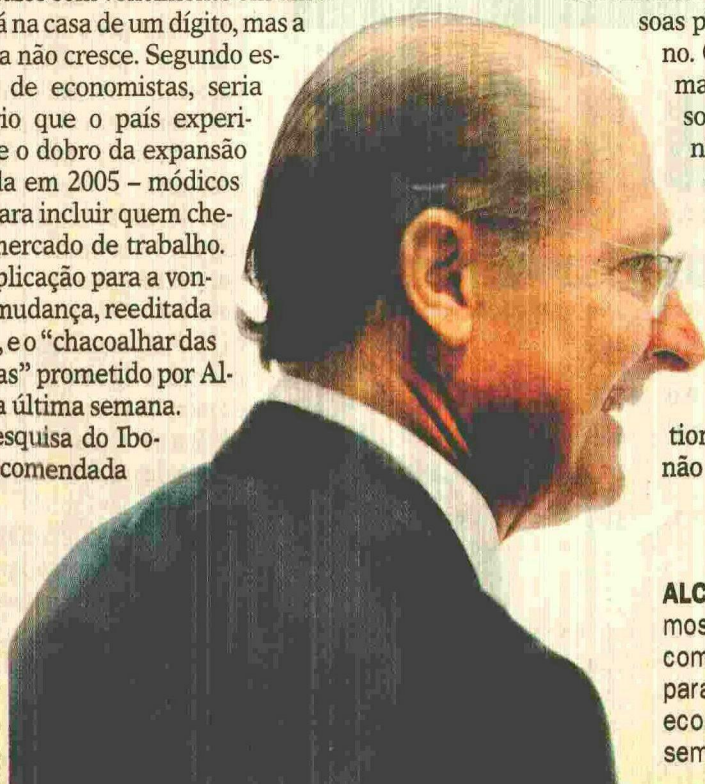
ção da relação entre dívida e Produto Interno Bruto (PIB). Mas não está imune a críticas.

– O governo atual deu muita ênfase ao aperto monetário, mas mostrou-se extremamente perdulário na área fiscal, com aumento dos gastos correntes. Promoveu o máximo da ortodoxia na política monetária e o intervencionismo nas políticas de longo prazo, o mais perverso dos mundos para atrair investimentos – afirma o economista Gesner de Oliveira, sócio-diretor da Consultoria Tendências e ex-presidente do Conselho de Defesa Econômica (Cade) durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

Gesner atuou na campanha de José Serra em 2002 e integra os quadros da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP), que rivaliza com a PUC-RJ na formulação da política econômica desde os anos 90.

■ O REENCONTRO DAS ESCOLAS DE ECONOMIA. PÁG. A18

Leonardo Wen/Folha Imagem



ALCKMIN E LULA deverão mostrar o que têm a oferecer como projeto de longo prazo para o país: discurso econômico tem mais semelhanças que diferenças



Ricardo Stuckert/ABr